

# Comércio ambulante é debatido por representantes

Reunião para tratar venda de produtos perecíveis foi solicitada pelos vereadores Cristiano Braatz e Juarez Vieira da Silva

■ Jéssica Coitinho  
redacao10@jornalibia.com.br

Ontem, 16, pela manhã, das 9h às 11h20min, uma reunião foi realizada na Câmara de Vereadores de Montenegro para tratar da venda de produtos perecíveis por ambulantes, tanto na área central do município como em bairros e rodovias. O requerimento foi feito pelos vereadores Cristiano Braatz (PMDB) e Juarez Vieira da Silva (PTB).

Além de comerciantes e vendedores ambulantes da cidade, estiveram presentes na assembleia, o diretor de Obras e Posturas, Jackson Santos de Oliveira, o secretário municipal de Indústria e Comércio (Smic), Elias Rosa, a chefe da Vigilância Sanitária de Montenegro, Silvana Schons, o engenheiro agrônomo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural,

Lucas Rodrigues, entre outros representantes.

Aproximadamente 20 pessoas participaram da reunião, que precisou ser transferida ao Plenário para melhor acomodar os presentes. Sugestões de ampliação da legislação já existente, com a criação de um espaço específico para a atuação de profissionais ambulantes e regulamentação urgente do estacionamento público, foram trazidas pelos participantes, assim como críticas à lei que gere o comércio atualmente.

De acordo com o diretor Jackson, na gestão do ex-prefeito Paulo Azeredo diversas alterações foram feitas no Código de Ética do município, o que incluiu a exclusão de algumas cláusulas, como, provavelmente, a que tratava da atuação dos vendedores hippies, por exemplo, e que também precisará ser



COMERCIANTES montenegrinos, vereadores e representantes de seções municipais se reuniram para tratar da legislação

revista. Já o secretário da Smic, Elias, salientou a necessidade de criar uma comissão técnica, com a participação de profissionais técnicos de diversas áreas, para reformulação da legislação.

O vereador Cristiano classificou o debate da manhã como produtivo, e informou que o próximo passo será dado com a criação de uma ata. "Para formular uma lei moderna e praticável, possibilitando

ao comércio montenegrino desenvolver-se cada vez mais. Enfatizo a importância de uma comissão que possibilite aprimorar a lei, ampliar a fiscalização e disponibilizar ferramentas aos funcionários para o

cumprimento dela", conclui.

A reunião que também seria realizada na manhã de ontem, às 10h, precisou ser transferida para o dia 6 de novembro. O horário será mantido às 10h.